

# **INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO MUNICÍPIO DE SAPÉ: Algumas Reflexões**

SILVA, Virgínia<sup>1</sup> - UFPB  
SOUSA, Luara<sup>2</sup> - UEPB

## **I. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho de pesquisa, referenciada num estudo realizado numa escola pública do município de Sapé pretende investigar como vem ocorrendo o processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular. Teve como objetivos específicos identificar a quantidade de alunos com surdez incluídos na referida escola, analisar a prática pedagógica da professora e identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos com problemas auditivos no contexto escolar.

No primeiro momento do texto é feito um resgate histórico sobre a educação das pessoas com deficiência e com mais detalhes, da pessoa surda, identificando as principais dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Neste sentido, também analisa a educação brasileira no tocante às pessoas com deficiência, culminando com um estudo sobre a educação inclusiva, defendida na atualidade.

Ao longo do texto vai ficando claro que no passado as práticas eram completamente excludentes, pois os indivíduos com deficiências eram considerados como seres que estavam sendo possuídos por demônios. Com os surdos não era diferente. Os surdos viveram, portanto a mesma situação. No entanto, historicamente este processo vem sendo modificado. Se no passado toda a sociedade tinha uma visão negativa perante esses sujeitos, com o movimento inclusivo isto vem melhorando, mas, é preciso admitir que ainda há muito que fazer.

Mais adiante, o estudo focaliza nos principais elementos para compreender a pessoa surda e o processo de construção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) pelos sujeitos surdos.

Virgínia Eugênia da Silva, graduada em Pedagogia pela Instituição UFPB, Área de aprofundamento na Educação Especial- FUNAD

Luara Hawanny Silva Sousa, estudante de Letras UEPB- CAMPUS III-Guarabira Professora da Sala de AEE –Cursando III mód. LIBRAS-FUNAD

Neste estudo destacamos a importância da Lei Federal N.º 10.436, de 24 de Abril de 2002, que foi criada com o objetivo de assegurar a inclusão de pessoas surdas em todos os níveis de ensino. Para isto, ela dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras como o meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas na escola e na sociedade. Esta lei, no art. 4º diz que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais deve garantir a inclusão dos surdos, privilegiando o ensino da Língua Brasileira de Sinais. Portanto, nos apoiaremos na legislação para analisar a situação dos estudantes surdos no município de Sapé, investigando se, de fato, eles estão sendo incluídos e tem seus direitos respeitados.

Com este fim, realizamos uma pesquisa de campo a fim de ouvir a opinião da professora de uma escola pública de Sapé, bem como de duas estudantes surdas do terceiro ano do ensino fundamental, buscando entender como vem acontecendo a inclusão nesta cidade.

Por fim, entendemos que para a escola inclusiva que deseja trabalhar com crianças surdas é necessário que os professores revisem suas práticas pedagógicas para atender as suas necessidades e vivências dos alunos fortalecendo a autoestima e a construção de nova aprendizagem que permitam ao aluno lidar com suas limitações e vencer as barreiras encontradas.

Faz-se necessário que não só a professora, mas toda a equipe escolar participe ativamente da recepção e permanência desses alunos na escola, pois quando a criança sente-se acolhida os resultados são positivos e todas se beneficiam com a convivência solidária. O convívio e a troca de experiências de pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência enriquecem as habilidades e aprendizagem de todos.

A partir destas informações e conscientes do direito da pessoa surda nos processos educativos e sociais, interessa-me investigar se o trabalho pedagógico realizado na escola E.E.I.E.F.T.N está atendendo as necessidades educativas das crianças surdas e se contribui para aprendizagem dos mesmos.

Por saber que a escola regular está inserindo crianças surdas, motiva-me a especialização nessa área, para contribuir com aprendizagem desses alunos e que eles possam sentir-se capazes de atuarem como protagonistas numa sociedade que exclui.

Portanto, com a perspectiva de trabalho que almejo, irei permitir que muitos educadores possam refletir sobre os direitos dos surdos dos aspectos legais políticos que podem assegurar tais direitos.

## II. A EDUCAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

De acordo com Sasaki (1997, p. 16) a sociedade passou por distintas mudanças sociais. No campo da educação para as pessoas com deficiência verificam-se as seguintes fases: exclusão, segregação, integração e inclusão.

Primeiramente, começou-se praticando a exclusão social, devido às limitações que apresentavam a maioria das pessoas. Mazzotta (1996) salienta que na Antiguidade os indivíduos com deficiência eram excluídos da sociedade, pois eles eram considerados possuídos por demônios, por isso, muitas vezes eram torturados até a sua morte. Isto, implicar dizer, que o indivíduo com deficiência era visto como um mal para os demais membros da sociedade. Este período foi marcado por uma intensa rejeição e preconceito.

Durante o período da Idade Média a sociedade era bastante influenciada pela Igreja Católica Apostólica Romana, pois se julgavam que a mesma detinha todo conhecimento científico necessário para o homem daquela época. Possuidora do poder espiritual, a igreja manipulava a maneira de pensar e a forma de conduta daquela sociedade, além disso, a igreja tinha amplo poder econômico, já que possuía grandes proporções de terras. Além disso, é importante lembrar que tudo que ia contra as ideias da Igreja denominava-se como heresia.

Em finais da Idade Média, a Igreja constrói instituições com objetivo de inserir pessoas com deficiência que não deveriam ficar no seio familiar, sob o argumento de que poderiam contaminar os demais. É claro que a falta de compreensão sobre as deficiências é a grande responsável por determinadas atitudes, mas, também existiam interesses econômicos neste comportamento frente às pessoas com deficiência.

De acordo com Sasaki:

Excluídas da sociedade e da família, pessoas com deficiência eram geralmente atendidas em instituições por motivos religiosos ou filantrópicos e tinham pouco ou nenhum controle sobre a qualidade da atenção recebida (SASSAKI, 1997, p. 123).

Os estabelecimentos criados para atender o indivíduo com deficiência se tornaram cada vez mais especializados e a Idade Moderna vai contribuir com esta postura, sobretudo, impulsionada pela ciência. A ideia principal é promover dentro da instituição atividades que existem na sociedade, oferecendo a eles a oportunidade de efetuar os serviços existentes na sociedade, já que, a população não acolhia essas pessoas naqueles ofícios.

Diante destes fatos foram se desenvolvendo, em alguns países, a Educação Especial para as pessoas com deficiência, ou seja, uma educação administrada em instituição voluntária com a autorização do governo, mas sem nenhuma contribuição do mesmo. A este movimento deu-se o nome de integração das pessoas com deficiência, e ele tinha como objetivo abolir a prática da exclusão desses sujeitos e aproximá-los do modelo de normalidade aceito pela sociedade.

Nos anos 40, precisamente após a segunda guerra, dar-se início aos debates em prol dos direitos humanos. Temos como implicações destes debates a Declaração Universal dos Direitos do homem (1948). Contudo, apesar deste documento não tratar sobre os direitos das pessoas com deficiência, o mesmo é um dos primeiros documentos a universalizar a educação para todos, portanto, estendê-la à pessoa com deficiência (In: SANTIAGO, 2003).

Em 1983 foi instituído o Programa de Ação Mundial Para as Pessoas com Deficiência com a intenção de promover a participação integral das mesmas no meio social. Mas, apesar de tanta luta para que os sujeitos colocados à margem da sociedade tivessem uma participação ativa nela, existem incoerências no que está mencionado no documento e no que é vivido no cotidiano, pois a educação desses indivíduos tão requerida nos anos 70 e 80 anos não versam em preocupação pública, entendendo que os mesmos não eram importantes para a produção de mão-de-obra.

Em 1994, em conferência realizada pela UNESCO, na Espanha, tendo como título Conferência Mundial sobre Educação para necessidades Especiais foi elaborado a Declaração de Salamanca. Esta declaração se preocupa em garantir o acesso à escola a todos os cidadãos, e que a mesma esteja adequada em todos seus aspectos para receber o indivíduo independente, de qual seja, as suas condições. Por meio da Declaração de Salamanca foi que os países passaram a inserir políticas de inclusão no ensino regular.

Perante estes acontecimentos a escola inclusiva surge com um novo entendimento, de que é a escola que deve adequar-se para receber e oferecer condições necessárias à aprendizagem do aluno (SANTIAGO, 2003).

Um dos princípios que a escola inclusiva possui é que todos os alunos devem aprender juntos, isto é, proporcionar que os sujeitos interajam entre si. A instituição também deve responder as necessidades de cada indivíduo inserido no âmbito escolar, ou seja, a escola deve atender a todas as perspectivas do aluno acompanhando o seu ritmo, o seu rendimento na sala de aula.

### III . TEDÊNCIAS EDUCACIONAIS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS

Fernandes (1990, p. 50) cita que há pelo menos “(...) duas correntes que comandam os métodos de aquisição da linguagem do deficiente auditivo: a corrente oralista e a não-oralista”. Visto que, a corrente oralista recusa qualquer tipo de procedimento para desenvolver a comunicação, se não for pela fala oral, ela acaba prejudicando o surdo. Já a corrente “não-oralista” possui as mesmas finalidades, sendo que permite a utilização da língua de sinais ou bimodal, o que já facilita a situação de aprendizagem do surdo.

O ensino da linguagem oral destinado às pessoas surdas colocou a língua de sinais em segundo plano. Isto é, a LIBRAS não tinha importância alguma para os demais indivíduos da sociedade. Sendo proibido o uso da mesma dentro do âmbito educacional, a justificativa usada para defender essa postura é que, a utilização da língua de sinais prejudicaria o desempenho dos alunos surdos na linguagem oral, apresentada com maior significância para a sociedade vigente.

A distinção de uma tendência para outra é que a tendência comunicação total se empenhava em desenvolver a comunicação entre as pessoas surdas e não objetivava a oralidade do ser com deficiência auditiva. Sendo que, mesmo descentralizando o oralismo, a tendência comunicação total também não conseguiu atender ao desenvolvimento educacional do indivíduo surdo, pois a havia ainda a desvalorização da língua de sinais.

Outro ponto muito importante na comunicação total é o fato da mesma valorizar o uso simultâneo de diferentes códigos manuais com a língua oral. Esta característica da filosofia da Comunicação Total é, certamente, o principal ponto de discórdia entre ela e a tendência ou filosofia bilíngue. (SANTIAGO, 2010, p. 8).

O bilinguismo só ganha força a partir da década de 60, do século XX a partir dos trabalhos de Stokoe, Kilma e Chomsky. Neste momento do surgimento do bilinguismo a pessoa com deficiência auditiva passa a ser visto como um ser linguisticamente diferente, neste sentido o surdo vai desenvolver primeiramente a sua língua natural no caso dos surdos brasileiros a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, para depois aprender a língua do seu país o português. Entre as dificuldades encontradas para essa nova tendência pode-se citar a formação dos profissionais.

A perspectiva bilíngue, pelo menos, no plano teórico vem sendo incorporada pelas políticas públicas brasileiras. Mais recentemente o Ministério de Educação ressalta esta tendência no seu atendimento educacional especializado – AEE.

### **3.1. A Libras**

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é reconhecida pela Lei de Nº 10.436, de 24 de abril de 2002 como forma de comunicação e expressão dos surdos brasileiros. A língua de sinais tem uma gramática própria, onde cada sinal representa uma palavra ou letra.

O poder público no Art. 2º, da referida Lei garante o uso da Língua Brasileira de Sinais, visando à interação das pessoas surdas no meio social assegurando aos mesmos tratamentos adequados. E no Art. 4º, ela defende que:

Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades do Brasil (BRASIL, 2002, s/p).

A língua brasileira de sinais como qualquer língua sofre variações de acordo com o território, ou seja, dependendo da região, do país o sinal pode ter outro sentido. Por isso, “é importante entender que a libras possui uma gramática própria e para cada sinal realizado corresponde uma letra, uma palavra, ou até mesmo uma frase”. Portanto é necessário que ao se comunicar com as pessoas surdas realizar perfeitamente a sinalização, para poder efetivar a comunicação com sucesso. (SANTIAGO, 2010).

Os parâmetros utilizados para se comunicar na língua de sinais são:

1. As configurações das mãos, cujo papel é a realização do sinal, portanto, um sinal pode ter vários significados, dependendo da sua localidade no espaço.
2. O Ponto de articulação que é o ambiente onde acontece a configuração, podendo ocorrer em uma parte do corpo ou num espaço neutro.
3. O Movimento. Com relação a esse parâmetro o sinal pode ter ou não movimento.
4. A Orientação que trata da direção do sinal se a sinalização ocorre para cima, para baixo, para esquerda ou direita.

5. A expressão. A respeito da expressão facial e corporal pode-se dizer que além dos parâmetros referidos acima a expressão facial e corporal é importante para definir o sentido do sinal. Ao sinalizar a palavra triste a expressão facial fará uma grande diferença, pois permite identificar se a pessoa ficou um pouco triste ou muito triste (SANTIAGO, 2010, p. 24).

Quanto a isto, a autora salienta que:

Como se pode notar, a libras é uma língua que se realiza no espaço e, por isso, exige o desenvolvimento da percepção visual para que se perceba os mínimos detalhes. Da mesma forma, para a realização de uma prática interessante com surdos, é importante que os professores realizem aulas com uma metodologia de natureza essencialmente visual e todo material utilizado também deve ser desse tipo. Assim, recursos como data – show, slides, transparências, cartazes, imagens, vídeos, etc. além de oficinas, dinâmicas, atividades em grupo, exercícios corporais, priorizando a expressão facial e corporal são de excelente ajuda para o surdo. No entanto, o mais importante é que o professor aprenda a Língua Brasileira de Sinais, porque ela é a língua natural do surdo, e é com ela que o surdo tem condição plena de se desenvolver (SANTIAGO, 2010, p.16).

Fica evidente que a língua de sinais é de fundamental importância na aprendizagem do surdo. Na sala de aula é indispensável a utilização de recursos para facilitar o desenvolvimento do aluno surdo e a libras é o instrumento mais importante neste sentido. Por isso, é essencial que o educador entenda as especificidades dos alunos surdos e aprenda a se comunicar com eles, pela libras, pois, facilitará a comunicação e o desenvolvimento da pessoa surda, visto que, a partir do momento que o profissional passa a conhecer o universo e a cultura do indivíduo surdo a comunicação se dá com eficiência.

#### **IV. Análise dos Dados**

A referida professora tem formação em Pedagogia, com 26 anos de experiência. Possui curso de especialização e não fez cursos na área da surdez.

Diante da pergunta, **como você se sente com um aluno surdo?**, a professora respondeu que sente dificuldade em como transmitir o conteúdo diante do aluno surdo.

Sobre a resposta dada, pensamos sobre como é possível uma professora ensinar se ela tem dificuldade em transmitir o conteúdo para o aluno. Será que os alunos surdos têm condições de aprender com uma professora que não sabe transmitir o conteúdo? Na

nossa opinião os alunos surdos não tem como aprender neste contexto. Infelizmente, dessa forma, não há como se fazer a inclusão.

Na questão sobre **que diferença a professora percebe entre seus alunos ouvintes e os alunos surdos**, ela respondeu que: “a principal diferença é de se comunicar com ele e com os alunos normais, e também na participação nas atividades” (Professora).

Diante da resposta da professora, vemos que ela se preocupa apenas com a comunicação entre os alunos e na forma como eles participam das atividades e vê diferença entre os surdos e os ouvintes, mas julga que os ouvintes são “os alunos normais”. Então, o que ela pensa que os surdos são? Anormais?

Quando perguntamos **que mudanças você precisou fazer em sala com a chegada dos alunos surdos**, a professora respondeu: “conversar diante da turma para haver uma compreensão com o aluno especial” (professora).

Diante desta resposta, ficamos perplexos que a professora só tenha pensado nisso, e não tenha refletido sobre sua prática pedagógica. Ela não se preocupa em como desenvolver a aprendizagem dos alunos, nem em fazer mudanças pedagógicas.

#### 4.1. As respostas das alunas surdas

As alunas A.N.S e M.R possuem nove anos de idade e estão no terceiro ano do ensino fundamental. Chamaremos nesta pesquisa a aluna ANS de A1 e a aluna MR de A2.

A aluna A1 estuda nesta escola há 3 anos, enquanto a aluna A2 estudo há 4 anos.

Quando perguntamos se elas **gostam da escola**, ambas disseram que sim. As duas explicam que gostam da escola porque brincam com as amigas. Portanto, elas não falam da escola como instituição de ensino, como espaço de aprendizagem, mas como um lugar de diversão.

Entendemos que a inclusão, de acordo com Santiago (2010), não pode limitar-se a interação. Deve envolver também a aprendizagem. É isso também o que vem sendo defendido pela legislação, não basta estar na escola, é preciso aprender.

Quando perguntamos se elas **têm amigos na sala de aula**, elas disseram que sim. A1 disse que tem 3 amigos. E A2 disse que tem 1 amigo. É importante destacar que a turma possui em média 25 crianças na mesma faixa etária que elas, conforme

dados coletados. Significa, portanto, que elas não interagem com os colegas de turma, pois suas amizades são muito restritas.

Deduzimos que as relações das alunas são restritas porque a comunicação não se efetiva entre elas. Assim, somente reduzido número de colegas conseguem tentar uma interação com as alunas surdas. Por outro lado, não vemos no período observado nenhuma ação pedagógica que buscasse favorecer a interação entre ouvintes e surdos.

Quando indagamos o que elas **mais gostam de fazer na escola**, a aluna A1 diz que, “não sabe”, enquanto a aluna A2 relata que o que mais gosta de fazer na escola é “brincar”. Perante esta resposta verificamos que A1 não sente interesse nenhum em estar no ambiente escolar e não identifica nada que goste de fazer. Já a aluna A2 relata que o que mais gosta de fazer na escola é brincar, desse modo identifica que o ambiente escolar não desperta qualquer interesse educacional para a aluna A2, limitando-se a atividade de lazer, mesmo ela estando no terceiro ano do ensino fundamental.

Ao questionar sobre o que **elas não gostam de fazer na escola**, tanto A1, quanto A2 diz que, não gostam de fazer as atividades escolares. Podemos perceber que esse desestímulo diante das atividades estabelecidas pela professora, ocorre porque, não existe nenhum momento em que elas possam interagir com a turma, isto é, A1 e A2 são pessoas que no espaço escolar não expressam as suas opiniões, não tiram as suas dúvidas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar os fatos históricos, bem como as políticas educacionais e a realidade local nos deparamos com uma triste constatação. A pesquisa realizada em uma escola municipal do município de Sapé reafirma as dificuldades vividas pelo surdo desde tempos remotos.

Não é apenas no passado que os surdos eram esquecidos, hoje na realidade de Sapé é possível observar um despreparo absoluto para lidar com a inclusão dos surdos no âmbito educacional.

Entendemos, no entanto, que o processo brasileiro deve ter ocorrido de uma forma descontextualizada, de cima para baixo e sem considerar as dificuldades das escolas, dos professores e demais profissionais.

Na Antiguidade as pessoas com deficiência não tinham espaço, liberdade de agir na sociedade; elas sofriam torturadas até a sua morte. Com as construções de instituições segregadas, na Idade Média, as mesmas eram separadas do seio familiar e da sociedade. Essas instituições tinham o intuito de promover dentro desses estabelecimentos os ofícios existentes na sociedade, já que, entendiam que os indivíduos com deficiência não possuíam capacidades de exercer quaisquer atividades na sociedade vigente. Ficamos chocados com este entendimento, mas, no presente não é tão diferente.

Com o decorrer da história avançamos em busca da integração das pessoas com deficiência no âmbito escolar. Essa integração se deu por meio de salas especiais dentro da escola. No entendimento da época, a existência destas salas fora suficiente para atender as necessidades dos alunos.

Pouco a pouco, o movimento pela inclusão vai se instalando no seio da sociedade e passa a defender a participação plena dos alunos na rede regular de ensino. Assim, as salas especiais não bastavam para que as pessoas com deficiências se sentissem incluídas na sociedade. Este pensamento de autoridades, estudiosos e alguns grupos de pessoas com deficiência sai vitorioso, mas, esta não é a vontade da maioria dos surdos.

Quando a sociedade passou a aceitar os indivíduos com deficiência como um sujeito ativo no meio social, passou a surgir escolas especiais, centro de reabilitação, para que, os mesmos fossem escolarizados e recebessem treinamento profissional sem levar em conta as limitações do indivíduo, isto é, a sociedade queria normalizar esses sujeitos. Perante este fato entende-se que as pessoas com deficiência tinham que se

adaptar a sociedade e não a sociedade se adequar a eles. No caso dos surdos esta tendência é ainda mais séria.

As pessoas com deficiência de fato querem uma escola que os aceitem. E os surdos querem o mesmo, mas para isso querem uma escola que respeite suas necessidades. Querem um sistema educacional que possa atender as peculiaridades de cada indivíduo e se conforme a inclusão, eles não têm que se adaptar a sociedade e sim a sociedade se adequar para atender as necessidades dos mesmos, a escola precisa usar a língua de sinais para ensiná-los. No entanto, não é isso que a realidade revela.

A realidade observada em Sapé mostra algo tão cruel quanto o que havia há milhares de anos. Em Sapé, identificamos que o processo de inclusão das pessoas com deficiência, especificamente das pessoas com deficiência auditiva, ainda fica muito a desejar. Isto é, dentro da sala de aula não existe um mecanismo que possa estimular a participação das alunas surdas na aula.

Essas alunas não recebem estímulos perante as atividades desenvolvidas na sala de aula, isto significa que a professora não utiliza os recursos definidos para a inclusão de surdos e para facilitar a compreensão das mesmas. A escola não disponibiliza de intérprete para facilitar a compreensão do que está sendo discutido em sala de aula. A professora não possui nenhum tipo de formação específica, e, portanto, sem base, a mesma não realiza adaptação na sua prática educacional.

Perante essa análise identificamos que na escola em que foi realizada a pesquisa não existe inclusão, pois a inclusão vai além da presença das pessoas com deficiência no âmbito escolar. Para que haja inclusão é preciso que a escola esteja preparada para receber, atender as particularidades de cada indivíduo. O âmbito educacional deve estar adequado não só fisicamente, mas todo o corpo que compõe a escola deve ser preparado para receber esta clientela.

Para as alunas surdas dentro do âmbito escolar o amparo que elas possuem é o atendimento da sala de recursos multifuncionais, mas este não atende as necessidades das alunas pois, a partir do momento que ocorre em horário contrário ao da aula, não fica garantido que a família irá trazer as alunas.

Diante disto, não vimos a inclusão como uma possibilidade efetiva no município de Sapé e chamamos a atenção da secretaria de educação no sentido de acompanhar seus professores, capacitá-los, oferecer ajuda, adquirir materiais, contratar intérpretes, de modo que possibilite não apenas a matrícula no estabelecimento escolar, mas, a inclusão plena que só se consolida com acessibilidade.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.436. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: E linhas de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Ministério da Justiça: CORDE, 1994.

FERNANDES, Eulália. Problemas linguísticos e cognitivos do surdo. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. São Paulo: Cortez 1996.

\_\_\_\_\_. Fundamentos de Educação Especial: Pioneira, 2007.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos socioeconômicos, religiosos e educacionais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. Educação para todos: um estudo sobre a política de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais no Brasil. Dissertação de Mestrado. Recife: EFPE/PPG2, 2003.

\_\_\_\_\_. Disciplina: Fundamentos teóricos metodológicos para a inclusão de surdos. 2010. (texto não publicado).

SASSAKI, Romeu k. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.